



**Pré IGF Brasileiro 2016**

**UI Fórum da Internet no Brasil**

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016



UI Fórum da Internet no Brasil

Pré IGF Brasileiro 2016

egi.br



Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016



Pré IGF Brasileiro 2016

UI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

# TRILHA 1

## Revisão do modelo de prestação de serviços de telecomunicações no Brasil

**Coordenadores**

Flávia Lefèvre e Eduardo Parajo



Os integrantes da Câmara de Universalização e Inclusão Digital do CGI.br reuniram-se na cidade de Porto Alegre – RS, no dia 11 de julho de 2016, para debater, junto aos participantes do **VI Fórum da Internet no Brasil**, a revisão do modelo de prestação de serviços de Telecomunicações no Brasil, que pretende promover alterações na legislação vigente para o setor. O Ministério das



Comunicações lançou, em dezembro de 2015, uma consulta pública sobre esse modelo.

Com base em uma reflexão sobre esta consulta, a Câmara tem se dedicado ao debate a partir de 5 linhas de discussão:

- Modelos de regulação para Telecomunicações;
- Regimes de prestação de serviços;
- Políticas de universalização;
- Marco Civil da Internet e universalização;

- Aplicações Over The Top (OTTs), Serviços de Telecomunicações e o Serviço de Valor Adicionado (SVA).

O documento resultante agregou os entendimentos e diferentes posicionamentos de cada entidade que compõe a Câmara, trazendo perspectivas multissetoriais sobre as linhas de discussão, atentando, em especial, para as implicações desse processo ao provimento de acesso à Internet no país.



Pré IGF Brasileiro 2016

VI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

## **TEMA 1**

# **Modelos de Regulação para Telecomunicações**

## Consensos

- A conexão à Internet deve ser entendida como serviço de valor adicionado e não como um serviço de Telecomunicações;
- O atual modelo de concessão não privilegia a competição e se apresenta como barreira para os provedores locais;
- É necessário readequar o foco dos contratos de concessão para serviços de telecomunicação de modo a contemplar a necessidade de universalização da infraestrutura de banda larga.

## Pontos a aprofundar

- Franquias de dados para Internet fixa;
- Compartilhamento da Internet pelo usuário/a final;
- Modelo de regulação por camadas entendido como instrumento de promoção da universalização da infraestrutura e da inclusão digital;
- Regime de prestação de serviços a ser utilizado (público e/ou privado) para infraestrutura de



telecomunicações. Pequenos e médios provedores posicionaram-se favoravelmente pelo regime de serviço privado, com alerta acerca dos riscos para a competição.



## **TEMA 2**

# **Infraestrutura e Política de Universalização**

## Consensos

- O atual cenário de declínio do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) no Brasil aponta para a necessidade de reposicionamento da política de Universalização e Inclusão Digital;
- É necessário colocar a Banda Larga como foco da política pública de Inclusão Digital e Universalização, considerando as desigualdades regionais;

- É necessária maior participação social nas decisões sobre as políticas públicas, de modo a não restringir a luta de inclusão digital a circuitos estritamente técnicos ou empresariais;
- O atual cenário político aponta para desafios e riscos de descontinuidade na construção de políticas públicas para os setores de telecomunicações e de acesso à Internet.

## Pontos a aprofundar

- Metas e Políticas de Universalização;
- Inclusão da temática da trilha nos meios de comunicação (imprensa, mídia, etc) a fim de fomentar o debate;
- Concorrência entre as empresas do setor de telecomunicações e as empresas *Over The Top*;



Pré IGF Brasileiro 2016

VI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

- Bens reversíveis relacionados aos contratos de concessão do STFC:

De um lado, há quem defenda que a posse dos bens reversíveis seja devolvida ao poder concedente. Além disso, deve ser considerado o elevado valor econômico desses bens, para garantir o equilíbrio econômico financeiro dos contratos e para garantir a competição e inovação. Por outro lado, há defesa da troca de reversibilidade por investimentos em banda larga desde que o processo não privilegie tão somente os grandes provedores.



Pré IGF Brasileiro 2016

VI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

# RELATOS DOS GRUPOS

## Marco Civil e Universalização

### Grupo 1

## Consenso do grupo

- O estímulo à competição pode ajudar a resolver problemas de não atendimento. A utilização do mecanismo de compartilhamento de infraestrutura prevista em lei é o mecanismo ideal para o aumento da competição;



Pré IGF Brasileiro 2016

VI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

- A inclusão digital é direito da cidadã e do cidadão e desta forma deve ser priorizada; os programas de inclusão digital devem ser reformulados de maneira integrada entre as várias esferas para que sejam efetivos;
- A ampliação das políticas digitais e de acesso são viáveis no auxílio da resolução das questões de não atendimento que atualmente são identificadas;



Pré IGF Brasileiro 2016

UI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

- A modificação da lei do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) pode viabilizar um mecanismo de financiamento para projetos de interesse público;
- A manutenção da separação entre Internet e serviços de telecomunicações é fundamental para a contínua inovação da Internet.

## Pontos a aprofundar

- Discutir as leis de PPP (Parceria Público Privada);
- Áreas que não são atendidas pelas empresas devem ser priorizadas na regra de compartilhamento;
- Criar parágrafo no documento dizendo que será importante estudar outros modelos além da concessão;



- Mudar a lei do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) para que ela possa contemplar ações de inclusão digital.



Pré IGF Brasileiro 2016

VI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

# RELATOS DOS GRUPOS

## Marco Civil e Universalização

### Grupo 2

## Consensos

- Existe uma colisão entre as disposições da Lei Geral de Telecomunicações (LGT) (Art. 61, par. único) e do Marco Civil (Art. 7) - se a Internet é serviço essencial, este não pode ser regime exclusivamente privado;
- Precisa-se propor um regime de essencialidade da prestação do serviço de acesso à Internet;
- É necessária a integração dos atores que atuam na inclusão digital em âmbito nacional nas discussões sobre o tema, como no Fórum da Internet;



Pré IGF Brasileiro 2016

UI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

- A discussão da inclusão digital parece complexa, mas se trata de um embate político entre prestadoras dos serviços de telecomunicações e o Estado, por motivações puramente econômicas;
- É necessário buscar formas de levar as discussões para as pontas, onde as práticas inclusivas são efetivadas;
- É necessário que a sociedade civil perca o receio de discussão de temas como o regime de prestação dos serviços de telecomunicações;



Pré IGF Brasileiro 2016

VI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

- É preciso questionar o porquê da pequena presença no Fórum do setor privado, bem como do Estado, reafirmando-se a necessária manutenção da composição do CGI.br de acordo com seu papel e finalidade precípuos;
- Preconceito, discriminação, racismo, crimes na Internet e software livre fazem parte da pauta dos movimentos sociais;



Pré IGF Brasileiro 2016

UI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

- A desigualdade do acesso à informação cria cidadãos e cidadãos de “primeiro” e “segundo” escalão;
- A questão da franquia de dados atinge o usuário/a e pode ser utilizada como porta de entrada para a discussão sobre toda a problemática, reavivando o debate e engajando a sociedade;
- A franquia de dados é um ponto de atenção indispensável, pois pode ser considerada inimiga da universalização do acesso à Internet;



Pré IGF Brasileiro 2016

VI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

- Defende-se a separação funcional e estrutural dos serviços de telecomunicações necessários à provisão de conexão à Internet;
- A sociedade civil precisa se engajar mais no debate para a avaliação crítica da temática;
- É necessário fomentar a participação da sociedade civil mediante atitudes inclusivas de iniciativa do CGI.br;
- A Secretaria de Inclusão Digital (SID) no MCTIC não consegue se envolver em processos de competência de ações específicas da Secretaria de Telecomunicações (STE);

## Pontos a aprofundar

- Exigência de que a Anatel torne públicas todas as contribuições à consulta pública de reforma da LGT;
- Possibilidade de elaboração de um *policy paper* para efetiva discussão em âmbito nacional da temática da universalização.



Pré IGF Brasileiro 2016

UI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

# RELATOS DOS GRUPOS

## Modelos de regulação e regimes de prestação de serviço

### Grupo 3

## Consenso

- Garantir, através de políticas públicas, que todos tenham acesso à banda larga e ao serviço de conexão à Internet com qualidade, independente de quem venha a ser o provedor, considerando que a Internet é um serviço essencial, de acordo com o Marco Civil;
- Garantir um modelo que permita a entrada de novos *players*;



Pré IGF Brasileiro 2016

UI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

- A cadeia de fornecimento do serviço de banda larga precisa ser regulada;
- O reconhecimento do papel estratégico da infraestrutura relacionada às concessões como peça chave na elaboração de políticas públicas para a universalização e inclusão digital;
- É importante termos políticas públicas garantindo o transporte dos pequenos provedores aos Pontos de Troca de Tráfego (PTTs) e a interligação entre estes pontos;



Pré IGF Brasileiro 2016

VI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

- Internet e telecomunicações devem ser mantidos como serviços distintos, mantendo-se atual classificação estabelecida pela LGT e norma 4/95 do Ministério das Comunicações;
- Racionalização de investimentos em rede e de compartilhamento de infraestrutura.

## Pontos a aprofundar

- Debate da conveniência e oportunidade de, em contexto de revisão do modelo regulatório de telecomunicações, manter ou não a existência de dois regimes (público e privado);
- Enquadramento regulatório das empresas que se utilizam da infraestrutura de banda larga para prestar seu serviço, sempre tendo em vista a diferença entre Internet e telecomunicações.



Pré IGF Brasileiro 2016

UI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

# PLENÁRIA FINAL

## Políticas públicas de Universalização e Inclusão Digital

## Consensos

- É necessário retomar as políticas de inclusão digital por meio de processos formativos e de disseminação de espaços para ampliação do acesso da população, sobretudo das pessoas mais vulneráveis;
- É necessário democratizar a discussão sobre inclusão digital de modo que a Internet seja apropriada como direito pelas cidadãs e cidadãos;



- É necessário fortalecer o Fórum da Internet como espaço para a promoção do debate sobre inclusão digital e universalização;
- É necessário considerar o contexto, as especificidades regionais e as vivências dos atores locais para a formulação de uma Política de Inclusão Digital e Universalização;

- Historicamente os governos falharam na tarefa de planejar políticas voltadas para Internet no Brasil; é preciso encontrar formas de articulação entre as políticas públicas voltadas para educação, infraestrutura, Internet, etc para garantir a efetividade das referidas políticas;
- É necessário ampliar a participação do setor governamental e das grandes empresas de telecomunicações no Fórum da Internet.

## Pontos a aprofundar

- Programa Brasil Inteligente;
- Implicações do FUST para a política de universalização;
- Aumento da participação dos/as jovens no delineamento da política pública de inclusão digital;
- Inserção do/a usuário/a final nos debates sobre inclusão digital;



Pré IGF Brasileiro 2016

UI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

- Riscos e ônus para o/a consumidor/a final trazidos pelos projetos de revisão da Lei Geral de Telecomunicações;
- Estratégias de planejamento e articulação das políticas públicas de universalização;
- Aplicabilidade do Software Livre enquanto instrumento de inclusão digital, tendo em vista os diferentes públicos e as diferentes necessidades, especialmente os mais vulneráveis;



Pré IGF Brasileiro 2016

UI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

- Condições territoriais da exclusão digital: dificuldades de acesso não estão restritas a locais remotos, também são realidade das grandes cidades, sobretudo nas periferias.